



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE-RO

**PROJETO DE LEI Nº 127/2025** Dispõe sobre o Plano Plurianual do município de Espigão do Oeste para o quadriênio de 2026 a 2029 e dá outras providências.

**Autor:** Poder Executivo

Recebida a matéria, encaminho-a ao Relator para apresentação de Parecer, nos termos do Regimento Interno.

**DELIBERAÇÃO DAS COMISSÕES**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)**

**Relator**

Após estudo e consideração, este relator manifesta-se: ☒ Favorável ( ) Contrário

**Presidente:** Genezio Mateus (PL)

☒ Favorável ( ) Contrário ( ) Ausência

**Vice-Presidente:** Severino Schulz (PDT)

☒ Favorável ( ) Contrário ( ) Ausência

**Membro:** Gilmar Loose (MDB)

☒ Favorável ( ) Contrário ( ) Ausência

**Despacho Final das Comissões:**

O "Projeto de Lei nº 127/2025" acima mencionado recebeu (3) votos favoráveis e (0) votos contrários destas Comissões, as quais se pronunciam ☒ favoráveis ( ) contrária à matéria deliberada.

Espigão do Oeste, Sala das Comissões, em 16 / 12 / 2025.





# Município de Espigão do Oeste



04.695.284/0001-39

Rua Rio Grande do Sul, 2800 - Vista Alegre

www.espigaodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

| Tipo do Documento | Identificação/Número                     | Data              |
|-------------------|--|-------------------|
| <b>Resultado</b>  | <b>Votação das Comissões Permanentes</b> | <b>17/12/2025</b> |

|           |  |   |   |
|-----------|--|---|---|
| ID:       | <b>1295888</b>                         | Processo  | Documento   |
| CRC:      | <b>817A0029</b>                        |  |  |
| Processo: | <b>54-127/2025</b>                     |   |   |
| Usuário:  | <b>Maria Vitória Silva Rocha Diehl</b> |   |   |
| Criação:  | <b>17/12/2025 07:37:31</b>             | Finalização:  | <b>17/12/2025 07:39:34</b>  |

MD5: **71E7A34E2A28600FC9BB74B821609B0C**

SHA256: **27A0D264DD243655604E04DC36D0F3E7E1004DDF0DA0945A99990035462651CB**

Súmula/Objeto:

**Resultado da Votação das Comissões Permanentes ao Projeto de Lei nº 127/2025 dia 16/12/2025**


### INTERESSADOS

|                        |                  |    |                     |
|------------------------|------------------|----|---------------------|
| Weliton Pereira Campos | Espigão do Oeste | RO | 17/12/2025 07:37:31 |
|------------------------|------------------|----|---------------------|

### ASSUNTOS

|                             |                     |
|-----------------------------|---------------------|
| PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO | 17/12/2025 07:37:31 |
|-----------------------------|---------------------|

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

|  |                                 |                       |                     |
|--|---------------------------------|-----------------------|---------------------|
|  | Maria Vitória Silva Rocha Diehl | Agente Administrativo | 17/12/2025 07:39:39 |
|--|---------------------------------|-----------------------|---------------------|

Assinado na forma do Resolução Municipal nº 90/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1295888 e o CRC 817A0029.



## PARECER N° 60/2025 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

**Proposição:** Projeto de Lei n.º 127/2025

**Autor:** Poder Executivo

**Ementa:** DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE PARA O QUADRIÊNIO DE 2026 A 2029 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**Relator:** Vereador Gilmar Loose

### I - RELATÓRIO

Chega a esta Comissão de Finanças e Orçamento, para análise e emissão de parecer, o **Projeto de Lei nº 127/2025**, de iniciativa do Poder Executivo, que institui o **Plano Plurianual (PPA) do Município de Espigão do Oeste para o período de 2026 a 2029**, instrumento de planejamento governamental de médio prazo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e da legislação orçamentária vigente.

Nos termos do art. 63, incisos I, II e III, bem como do art. 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal, compete privativamente a esta Comissão opinar sobre matérias referentes às diretrizes orçamentárias, plano plurianual, proposta orçamentária e demais proposições que envolvam planejamento, receitas, despesas e responsabilidade fiscal.

O projeto foi regularmente instruído, acompanhado de Mensagem do Executivo, parecer jurídico da Procuradoria Geral da Câmara, relatórios técnicos, anexos orçamentários, projeções de receitas, descrição de programas, metas e ações, além de documentos que comprovam a realização de audiências públicas em 11 de setembro de 2025, pelo executivo e em 05 de dezembro de 2025, pelo legislativo, bem como a participação popular, em atendimento aos princípios da transparência e da gestão fiscal responsável.

O PPA 2026 a 2029 estabelece as diretrizes, objetivos e metas para o período, organizando a ação governamental em programas finalísticos, de gestão de políticas públicas e de apoio administrativo, com respectivas fontes de financiamento e indicadores de desempenho.

A Comissão realizou estudo minucioso da proposta, com atenção aos aspectos fiscais, orçamentários e de planejamento, bem como à compatibilidade com as receitas estimadas e às obrigações legais previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Para cumprir seu papel fiscalizador e orientador, a Comissão de Finanças e Orçamento conduziu uma análise técnica e financeira aprofundada do PPA 2026 a 2029, com base nos documentos constantes dos autos, especialmente os anexos orçamentários, relatórios de planejamento e projeções de receita. A avaliação concentrou-se em cinco dimensões essenciais: conformidade legal (iniciativa), sustentabilidade fiscal, transparência processual, adequação das prioridades públicas e mecanismos de controle. O objetivo foi verificar se a proposta atende aos princípios da administração pública, respeita os limites orçamentários e promove o desenvolvimento municipal de forma responsável e planejada.

**1. Conformidade Legal e iniciativa:** O projeto atende aos requisitos formais e materiais previstos na legislação vigente, em especial à Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e ao art. 84, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, quanto as leis de iniciativa do Poder Executivo, uma vez que o Projeto de Lei nº 127/2025 foi regularmente apresentado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. As diretrizes, programas e ações estão estruturados de modo a orientar a elaboração das leis orçamentárias anuais.

**2. Viabilidade Financeira:** As projeções de despesas constantes nos anexos e relatórios (especialmente o Relatório II Planejamento Orçamentário e a Síntese das Ações por Função e Subfunção) mostram-se compatíveis com as receitas estimadas para o quadriênio, observando-se a tendência de crescimento moderado e a previsão de reservas de contingência.

**3. Transparência e Participação:** O processo de elaboração do PPA contou com audiência pública e consulta popular, conforme documentado nos autos: Atas de Audiências Públicas ([ID 1216616](#)) ([ID 1290235](#)) e Questionário de Participação Popular ([ID 1175870](#)), atendendo ao princípio da transparência e da gestão democrática.

**4. Foco em Políticas Públicas Estratégicas:** O plano prioriza áreas essenciais como saúde, educação, assistência social, infraestrutura urbana e gestão ambiental, alinhando-se às demandas da população e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

**5. Contingenciamento e Responsabilidade Fiscal:** Foram previstas reservas de contingência no âmbito do RPPS e da administração geral, demonstrando prudência na gestão dos recursos e atendendo às recomendações de controle de despesas.

Consta dos autos a apresentação de **emendas aditivas**, as quais foram devidamente analisadas quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orgânica Municipal e com a legislação orçamentária, não sendo constatadas irregularidades de ordem financeira ou fiscal.

A Comissão registra que não foram identificados indícios de despesas não autorizadas, investimentos não programados ou subsídios sem respaldo legal que ensejassem a aplicação dos incisos VII a XI do art. 63 do Regimento Interno, inexistindo, portanto, necessidade de solicitação de esclarecimentos adicionais ao Poder Executivo ou de provocação ao Tribunal de Contas.

Assim, **voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n.º 127/2025.**

**Gilmar Loose**

Relator

### III - CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Orçamento, acompanhando o voto do relator, manifesta-se **favorável** à aprovação do **Projeto de Lei nº 127/2025**, nos termos em que foi apresentado e após as emendas aditivas incorporadas.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2025.

**Genezio Mateus (PL)**

Presidente - CFO

**Severino Schulz (PDT)**

Vice-Presidente - CFO

**Gilmar Loose (MDB)**

Membro - CFO


**Relator**


---


**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ESPÍGAO DO OESTE-RO - CNPJ: 04.391.603/0001-12**

Rua Vale Formoso, nº 1896 - Bairro Vista Alegre - CEP: 76.974-000 Espigão do Oeste - Rondônia

---

 **SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA** Documento assinado eletronicamente por **Severino Schulz, Vice-Presidente Com. Finan. e Orçamento**, em 18/12/2025 às 11:24, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 da [Resolução nº 90 de 18/06/2021](#).

 **SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA** Documento assinado eletronicamente por **Genezio Mateus, Presidente Com. Finan. e Orçamento**, em 18/12/2025 às 11:29, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 da [Resolução nº 90 de 18/06/2021](#).

 **SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA** Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Loose, Vereador**, em 18/12/2025 às 11:38, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 da [Resolução nº 90 de 18/06/2021](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br](https://transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br), informando o ID **1296011** e o código verificador **CF984333**.

---

Referência: [Processo nº 54-127/2025](#).

Docto ID: 1296011 v1